

O QUE SÃO *HISTÓRIAS DE ABORTO?* EFEITOS DE PRÉ-CONSTRUÍDO NA CAMPANHA *EU VOU CONTAR*

MILLAINÉ DE SOUZA CARVALHO¹; LUCIANA IOST VINHAS²

¹Universidade Federal de Pelotas – millainedescarvalho@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – lucianavinhas@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Anualmente, mulheres brasileiras morrem vítimas de tentativas de abortos clandestinos, como demonstram os dados da Pesquisa Nacional de Aborto, realizada, em 2016, pela Anis - Instituto de Bioética e pela Universidade de Brasília. Apesar dos dados, parece ser comum acreditar que a interrupção voluntária de uma gravidez indesejada não é frequente no país, afinal, o Código Penal brasileiro criminaliza tal prática (Artigos 124, 125, 126, 127 e 128). Com o apoio da Think Olga, a Anis lançou, em 2017, a campanha intitulada *Eu vou contar* para ouvir histórias de aborto, divulgada, principalmente, por meio da rede social virtual Tumblr.

Através dessa campanha, histórias de aborto foram enviadas a essas Organizações Não Governamentais (ONG), as quais pediam que os relatos fossem de procedimentos ocorridos há mais de oito anos. A necessidade de o aborto ter ocorrido neste período de tempo se dá tendo em vista o prazo de prescrição do delito, considerando as penas para o crime de aborto. A campanha publicou, de setembro de 2017 a julho de 2019, cinquenta e duas histórias. Além da publicação dos textos, a Prof.^a Dr.^a Débora Diniz, uma das idealizadoras da campanha, realizou a leitura oral de cada história, a qual foi registrada em vídeo publicado juntamente com as materialidades verbais.

Na página inicial do Tumblr *Eu vou contar* foi publicado um texto de divulgação da campanha. Ainda em setembro de 2017, foi postado um segundo texto de divulgação, este assinado pela Prof.^a Diniz. A partir de Sequências Discursivas (SD) dessas duas materialidades verbais e da sequência enunciada antes da leitura oral de cada história, buscamos refletir, com base na Análise de Discurso materialista (AD), sobre os efeitos de evidência produzidos pela ideologia a respeito de *histórias de aborto* e como as relações de sentido estabelecidas via *pré-construído* nas materialidades em análise autorizam, no nível do *intradisco*rso, relações parafrásticas.

A presente pesquisa tem por base os pressupostos teórico-metodológicos da AD materialista. Essa teoria, desenvolvida por Pêcheux e colaboradores entre os anos 1960 e 1980 na França, reside sobre três regiões do conhecimento científico:

1. o materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias;
2. a linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo;
3. a teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos (PÊCHEUX; FUCHS, [1975] 2010, p. 160).

Essas três regiões sofrem o atravessamento de uma teoria da subjetividade de natureza psicanalítica, a qual as articula (PÊCHEUX; FUCHS, [1975] 2010). Através do *corpus* a ser analisado, a AD de perspectiva materialista, uma teoria não-subjetiva da subjetividade, vai se impondo para desnaturalizar as evidências

do sujeito e dos sentidos, e como essas evidências dominantes podem ser reproduzidas pelo objeto da determinação ideológica dominante.

O sujeito, discursivo, tal como entendido nessa perspectiva teórica, é constituído na relação com o simbólico e duplamente afetado pelo inconsciente e pela ideologia, dada a sua constituição na interface entre o Materialismo Histórico e a Psicanálise. Pela perspectiva materialista, o sujeito discursivo é assujeitado ideologicamente, produto de determinações; afinal, os processos discursivos não têm sua origem no sujeito, mas nele se realizam (PÉCHEUX; FUCHS, [1975], 2010). Pelo viés da Psicanálise, o sujeito discursivo é, também, descentrado, pois é dotado de inconsciente.

Enquanto *ser-em-falta*, o sujeito discursivo produz sentidos a partir de “o furo da **linguagem**, representado pelo equívoco, o furo da **ideologia**, expresso pela *contradição*, e o furo da **Psicanálise**, manifestado pelo *inconsciente* (FERREIRA, 2005, p. 70, grifos da autora). Assim, em AD, a *falta* é constitutiva do sujeito, bem como da língua e, como explica Ferreira (2005, p. 70), é a *região intersticial* comum entre a AD e a Psicanálise. A *falta*, estruturante da língua na perspectiva da AD, é o que permite que sentidos fiquem à deriva e transbordem através da relativa determinativa, por exemplo.

Os já-ditos e esquecidos, que determinam materialmente as possibilidades de dizeres no fio do discurso, configuram o que, em AD, entendemos como *interdiscurso*. Este, à diferença da *memória discursa*, é saturado, enquanto esta é lacunar, e corresponde, assim, a uma determinada região do *interdiscurso* (INDURSKY, 2011), porque nela mesma se encontra a marca do esquecimento. Cabe destacar que o ritual de interpelação ideológica é um ritual com falhas, de modo que a atualização dos já-lá, que compõem o *interdiscurso*, passa a ser lugar de equívoco. Assim, a rematerialização do *interdiscurso* via *intradiscurs*o pressupõe o equívoco, a falha, dada a incompletude do simbólico e do imaginário.

Através do efeito de *pré-construído*, podemos reparar em uma das formas de materialização da memória no discurso. Tal efeito, segundo Pêcheux (2009 [1975], p. 89), corresponde a “uma construção anterior, exterior, mas sempre independente, em oposição ao que é ‘construído’ pelo enunciado”. O funcionamento do *pré-construído* demonstra a ascendência dos processos ideológicos-discursivos em relação ao sistema da língua, expondo o limite de sua autonomia. Através da operação de encaixe sintáticoposta por uma oração subordinada relativa determinativa é possível reparar nos limites entre o que vem de outro lugar e o que está linearizado materialmente.

2. METODOLOGIA

A partir destas SD, analisamos os efeitos de sentido materializados linguisticamente e, atentando à dimensão ideológica dos processos de significação, será possível reparar nos saberes do *interdiscurso* que ecoam no fio do discurso via *pré-construído*. São estas:

SD1: Eu vou contar é uma campanha iniciada pela Anis - Instituto de Bioética e apoiada pela Think Olga para ouvir histórias de aborto.

SD2: Eu vou contar. É assim que muitas mulheres começaram seus relatos de aborto.

SD3: Eu vou contar 52 histórias de mulheres que fizeram aborto.

Nessas três SD, é possível reparar na presença de *pré-construídos* materializados via adjunto adnominal e relativas determinativas. Em nosso gesto

interpretativo, para fins de análise, os adjuntos adnominais serão transformados em orações subordinadas relativas determinativas. A partir de tais materializações, consideramos necessário observar o dito em relação com o já-dito, uma vez que este determina materialmente as possibilidades de dizeres em uma situação enunciativa dada, embora o deslocamento da memória, afetada pelo esquecimento, permita a reformulação de dizeres.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Eu vou contar é uma campanha iniciada pela Anis - Instituto de Bioética e apoiada pela Think Olga para ouvir histórias de aborto (SD1) é a oração que inicia o primeiro texto de divulgação da campanha. A partir desta SD, consideramos ser possível dizer, parafrasticamente:

SD1a: Eu vou contar é uma campanha iniciada pela Anis - Instituto de Bioética e apoiada pela Think Olga para ouvir histórias que são de aborto.

Embora os sintagmas [iniciada pela Anis – Instituto de Bioética] e [apoiada pela Think Olga] sejam relativas determinativas reduzidas de particípio, neste estudo, não as abarcaremos. Daremos atenção à relativa determinativa preposicionada [para ouvir histórias que são de aborto] e à relativa determinativa [que são de aborto], dado o objetivo desta pesquisa. A partir dessas duas relativas determinativas, nos perguntamos o que são *histórias que são de aborto*?

A partir da SD2, que inicia o segundo texto de divulgação da campanha, o qual é assinado pela Prof.^a Dr.^a Débora Diniz, consideramos, parafrasticamente, ser possível dizer:

SD2a: Muitas mulheres começaram seus relatos de aborto falando/dizendo/escrevendo Eu vou contar.

SD2b: Nem todas as mulheres começaram seus relatos de aborto falando/dizendo/escrevendo Eu vou contar.

SD2c: Muitas mulheres falaram/disseram/escreveram Eu vou contar para começar seus relatos de aborto.

SD2d: Nem todas as mulheres falaram/disseram/escreveram Eu vou contar para começar seus relatos de aborto.

SD2e: Muitas mulheres contaram relatos de aborto.

SD2f: Nem todas as mulheres contaram relatos de aborto.

Tais construções parafrásticas nos colocam a seguinte indagação: Que mulheres contem relatos de aborto significa que relatos de aborto são contados somente por mulheres? Baseadas nas formulações acima, ainda perguntamos: É possível dizer que relatos de aborto são relatos de mulheres? Ou seja, há uma relação parafrástica possível entre relato de aborto e relato de mulher? Dito de outra forma: *Eu vou contar é uma campanha para ouvir histórias de mulheres que abortaram?*

Atentando à SD3, reparamos que tais relações parafrásticas estão autorizadas pelas determinativas nesta sequência, a qual inicia a leitura das histórias. A partir da SD3, consideramos ser possível dizer, parafrasticamente:

SD3a: Eu vou contar 52 histórias que são de mulheres que fizeram aborto.

Tendo em vista as relativas determinativas [que são de mulheres que fizeram aborto] e [que fizeram aborto], compreendemos que, a partir da SD3, no nível da formulação, temos uma relação parafrástica possível entre história de aborto e história de mulher. Ainda assim, nos perguntamos: tal relação parafrástica só é possível a partir da SD3? Como afirma Pêcheux ([1975] 2009, p. 146), a ideologia, via processo de interpelação,

fornecer as evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve [uma história que é de aborto] etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado “queiram dizer o que realmente dizem” e que mascaram, assim, sob a “transparência da linguagem”, aquilo que chamaremos de o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados.

Ou seja, se o funcionamento da língua – a qual é, para a AD, dotada de opacidade – tem *autonomia relativa*, pois está na dependência de processos discursivos (HENRY, 1992), os efeitos de evidência materializados via *pré-construído* nas relativas determinativas não autorizam esta relação parafrástica? Dito de outro modo, sem a análise da SD3 não é possível sugerir esta relação parafrástica ou a seguinte construção?

SD1b: *Eu vou contar* é uma campanha para ouvir mulheres contarem histórias que são aborto.

4. CONCLUSÕES

Compreendemos que, entendendo a língua enquanto transparente, não seria possível dizer, a partir da SD1 e da SD2, que histórias/relatos de aborto são histórias/relatos de mulheres. Se compreendemos que o adjunto adnominal [de aborto] corresponde à relativa determinativa [que é de aborto], nos indagamos, compreendendo a opacidade da língua e o funcionamento do *pré-construído*, sobre esta possibilidade parafrástica, afinal, segundo Henry (1992), o *pré-construído* é sempre uma construção anterior, externa ao discurso, independente dele, em oposição ao que é linearizado no fio do discurso. Então, na perspectiva teórica a partir da qual enunciamos, interpretamos que a relação parafrástica é autorizada pelos efeitos ideológicos de evidência materializados via relativa determinativa. Ou seja, a evidência produz os efeitos de sentido que autorizam a relação parafrástica para o sujeito, interpelado por dada *Formação Discursiva*.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FERREIRA, Maria Cristina Leandro. Linguagem, Ideologia e Psicanálise. **Estudos da Lingua(gem)**, v. 1, n. 1, p. 69-75, jan./jun. 2005.
- HENRY, Paul. **A ferramenta imperfeita**: língua, sujeito e discurso. Tradução de Maria Fausta P. de Castro. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.
- INDURSKY, Freda. A memória na cena do discurso. In: INDURSKY, Freda; MITTMANN, Solange; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Org.). **Memória e história na/da análise de discurso**. Campinas: Mercado das Letras, 2011. p. 67-89.
- PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi et al. 4. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, [1975] 2009.